



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005070-39.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Suely Timotheo do Amaral**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ser detentora de linha telefônica móvel junto à ré, tendo no ano de 2015 ajuizado ação para que fosse mantido plano ajustado entre ambas, modificado unilateralmente pela mesma.

Alegou ainda que tal ação foi julgada procedente, mas a ré em março/2017 enviou boleto em montante diverso, denotando nova e injustificada alteração do plano que importou desobediência àquela decisão judicial.

Ressalvo de início que a decisão amealhada a fls. 17/20 não determinou à ré que cobrasse da autora a quantia de R\$ 18,94 como contraprestação ao plano avençado por ela, como equivocadamente consignado a fl. 71, primeiro parágrafo.

Na verdade, o decisório impôs a obrigação da ré em "*proceder à cobrança nos mesmos moldes da contratação firmada até o vencimento da fatura vencida em 25/01/2015*", de sorte que não foi feita alusão alguma a importâncias específicas que deveriam nortear as cobranças a serem concretizadas.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentada essa premissa, de capital relevância para a decisão da causa, não detecto irregularidade no procedimento da ré e que foi aqui impugnado pela autora.

Com efeito, o documento de fl. 14 atesta que os serviços em apreço atinavam à "*Assinatura Controle*", correspondendo em janeiro de 2015 a R\$ 37,90 ao mês, enquanto o documento de fl. 15 evidencia serviços de idêntica natureza em abril de 2017, agora no patamar de R\$ 45,73.

Fica claro com isso que nada indica que a ré tivesse modificado o plano de que se vale a autora, seja à míngua de inserção de nomenclatura diversa nos serviços, seja porque a majoração apurada, em mais de dois anos, não foi exorbitante.

A diferença dos pagamentos realizados pela autora encontra-se no desconto de R\$ 18,94, que deixou de ser tomado em conta nas faturas coligidas a fls. 14/15.

Todavia, esse aspecto por si só não se me afigura suficiente para levar à ideia de que a ré perpetrara ação ilegítima, até porque as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) bastam para a convicção de que essa concessão não possui obrigatoriamente conteúdo permanente.

O período em que ela vigorou é mais do que razoável e em consequência não tem a autora o direito de continuar exigindo que o desconto fique prorrogado indefinidamente.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular, não se extraíndo dos autos lastro consistente para estabelecer a certeza de que a ré incidiu em falha passível de correção pela via eleita.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 27.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 10 de setembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA